

EST	UN	CENTRO DE CUSTO
SED	144	2520002

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** que entre si celebram o  
**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE**  
**MINAS GERAIS - SEBRAE-MG** e a **JUNTA COMERCIAL DO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS - JUCEMG.**

O **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS**, serviço social autônomo, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 16.589.137/0001-63, com sede em Belo Horizonte na Avenida Barão Homem de Melo, 329 – Nova Granada, CEP 30431-285, doravante denominado **SEBRAE-MG**, neste ato representado por seu Diretor Superintendente, Afonso Maria Rocha, brasileiro, portador do RG M2631330 e do CPF nº 454.191.246-53, e por seu Diretor Técnico, Anderson Costa Cabido, brasileiro, portador do RG M4370328 e do CPF nº 813.617.426-15, e a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, sediada na Rua Sergipe, 64, Bairro Boa Viagem, CEP nº 30130-170, em Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.486.275/0001-80, neste ato representada por seu Presidente, José Donald Bittencourt Júnior, portador do RG M2410155 e do CPF nº 452.047.306-30, Masp nº 1363560-2, doravante denominada **JUCEMG**, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante denominado **ACORDO**, regido pela Lei nº 8.666/93 e, no que couber, pela Instrução Normativa nº IN/DIREX/001/2014-02, baixada pela Resolução nº RE/DSU/02/2016, de 05/07/2016, vigente a partir de 06/07/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1- Constitui objeto do presente **ACORDO** entre os partícipes e futuros aderentes, nos campos de suas atribuições e respectivas competências, a implantação, a promoção e coordenação de ações para prestação de serviços, informações e capacitações a empreendedores, empresários, usuários da Sala Mineira do Empreendedor em Minas Gerais.
- 1.1.1- A prestação dos serviços, informações e capacitações envolverão temas relacionados à simplificação do processo de registro e legalização de empresas, bem como a compras governamentais, racionalização legal e burocrática, qualificação profissional e educação empreendedora, empreendedorismo, criação e fortalecimento dos arranjos e encadeamentos empresariais, microempreendedor individual;
- 1.1.2- Para consecução dos objetivos previstos nesta cláusula, os convenientes permitirão a adesão de Prefeituras municipais, competindo às mesmas as obrigações previstas em cláusula específica;
- 1.1.3- Para consecução dos objetivos previstos nesta cláusula, os municípios aderentes poderão firmar Acordos de Cooperação Técnica diretamente com entidades públicas e privadas, desde que comunicado e formalizado ao **SEBRAE-MG** e **JUCEMG** a celebração deste **ACORDO**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADESÃO**

- 2.1 A adesão dos Municípios do Estado de Minas Gerais ao presente **ACORDO** será formalizada pela assinatura de Termo de Adesão, conforme minuta referencial constante do Anexo I.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 3.1- Constituem obrigações do **SEBRAE-MG**:
- 3.1.1- Realizar, sob demanda, a capacitação e/ou treinamento aos empreendedores, empresários e/ou gestores públicos nas áreas temáticas constantes na Cláusula Primeira do presente **ACORDO**:
- 3.1.1.1- A realização das capacitações pelo **SEBRAE-MG** sujeita-se a disponibilidade orçamentária, avaliação do número mínimo de participantes estabelecido para cada solução educacional e disponibilidade do consultor/instrutor.



- 3.1.2- Prestar informações à **JUCEMG** sobre o andamento das ações, bem como a relação dos participantes dos cursos de capacitação/treinamento sob sua responsabilidade;
- 3.1.3- Divulgar e levar ao conhecimento do universo das micro e pequenas empresas os benefícios advindos deste **ACORDO**;
- 3.1.4- Apoiar a **JUCEMG** na coordenação, articulação e monitoramento das ações e atividades das Salas Mineiras do Empreendedor nos municípios aderentes;
- 3.1.5- Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da **JUCEMG** e dos municípios aderentes, sem expressa autorização;
- 3.1.6- Comunicar, por escrito, à **JUCEMG** acerca de qualquer eventualidade que interrompa ou dificulte a execução das ações, objeto deste instrumento, assim como necessidades de modificações das ações previstas;
- 3.1.7- Manter sempre, em absoluto sigilo, sob as penas da Lei, os métodos, processos, resultados, conhecimento e informações gerados na execução do objeto deste instrumento, não podendo reproduzir os materiais utilizados, dados apurados, divulgar ou repassar a terceiros sem autorização expressa da **JUCEMG**.
- 3.2- Constituem obrigações da **JUCEMG**:
- 3.2.1- Articular junto aos órgãos parceiros do Governo Estadual a promoção da prestação de serviços, informações e capacitações por meio da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.2.2- Prestar informações aos partícipes e/ou municípios aderentes sobre o andamento das ações, bem como a relação dos participantes dos cursos de capacitação/treinamento sob sua responsabilidade;
- 3.2.3- Divulgar e levar ao conhecimento do universo das micro e pequenas empresas os benefícios advindos deste **ACORDO**;
- 3.2.4- Coordenar, articular e acompanhar, com o apoio do **SEBRAE-MG**, o desempenho e desenvolvimento das ações e atividades da Sala Mineira do Empreendedor nos municípios aderentes;
- 3.2.5- Elaborar e disponibilizar os relatórios de acompanhamento referente as atividades desenvolvidas;
- 3.2.6- Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta do **SEBRAE-MG** e dos municípios aderentes, sem expressa autorização;
- 3.2.7- Comunicar, por escrito, ao **SEBRAE-MG**, acerca de qualquer eventualidade que interrompa ou dificulte a execução das ações objeto deste instrumento, assim como necessidades de modificações das ações previstas;
- 3.2.8- Manter sempre em absoluto sigilo, sob as penas da Lei, processos, resultados, conhecimento e informações gerados na execução do objeto deste instrumento, não podendo reproduzir os materiais utilizados, dados apurados, divulgar ou repassar a terceiros sem autorização expressa do **SEBRAE-MG**.
- 3.2.9- Executar a coordenação e monitoramento do Serviço Minas Fácil Digital, elaborando e fornecendo o manual operacional, bem como o fluxo deste Serviço;
- 3.2.10- Capacitar e treinar os servidores disponibilizados pela prefeitura municipal e/ou aderente, para execução dos serviços afetos à **JUCEMG**;
- 3.2.11- Disponibilizar informações iniciais, referentes aos procedimentos formais para o registro mercantil, bem como o registro formal da empresa;
- 3.2.12- Prover os serviços de hospedagem e de manutenção corretiva e evolutiva do software do Serviço Minas Fácil Digital;
- 3.2.13- Disponibilizar o acesso e o direito de uso do software do Serviço Minas Fácil Digital para os municípios aderentes e/ou parceiros, se for o caso;
- 3.2.14- Aceitar ou declinar, de acordo sua conveniência e oportunidade, tendo em vista subitem 3.3.8, a indicação de servidor municipal efetivo para proferir, mediante delegação do Presidente da **JUCEMG**, decisões singulares, conforme Instrução normativa DREI nº 4 de 5 de dezembro de 2013, sem prejuízo das delegações vigentes;
- 3.2.15- Autorizar a instalação da Sala Mineira do Empreendedor nos locais onde a **JUCEMG** possui sede ou Escritório Regional, somente nos casos de impossibilidade da cessão do local por parte do município.
- 3.3- Constituem obrigações do **MUNICÍPIO** aderente:
- 3.3.1- Implantar a Sala Mineira do Empreendedor,



- 3.3.2- Disponibilizar o espaço físico, seja por meio próprio ou por meio de parceria estabelecida com outro órgão ou entidade, exclusivamente no interesse de prestar os serviços, objeto deste **ACORDO**, ao empresariado mineiro;
- 3.3.3- Responsabilizar-se pela obtenção do mobiliário, bem como prover os recursos computacionais necessários, tais como microcomputadores e impressoras, seja por meio próprio ou por meio de parceria estabelecida com outro órgão ou entidade, necessário ao funcionamento da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.4- Disponibilizar pelo menos uma linha telefônica, possibilitando ligações urbanas e interurbanas, bem como, acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet);
- 3.3.5- Responsabilizar-se pelo custeio das despesas, seja por meio próprio ou por meio de parceria estabelecida com outro órgão ou entidade, com tributos, consumo de água e energia elétrica, material de escritório, material de informática, limpeza e conservação e demais despesas que recaírem sobre o local cedido;
- 3.3.6- Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da **JUCEMG** e/ou **SEBRAE-MG**;
- 3.3.7- Disponibilizar recursos humanos para atuar na Sala Mineira do Empreendedor e para a operacionalização do serviço Minas Fácil Digital, conforme Manual da Sala Mineira do Empreendedor e Manual do serviço Minas Fácil Digital, parte integrante deste **ACORDO**, e submetê-los às capacitações, arcando com as despesas salariais, de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, de transporte, deslocamento, traslados, alimentação e hospedagem de seus servidores e/ou colaboradores, quando em ação de cumprimento dos objetivos deste **ACORDO**;
- 3.3.8- O **MUNICÍPIO** aderente poderá disponibilizar servidor municipal efetivo do seu quadro de pessoal para proferir, mediante delegação do Presidente da **JUCEMG**, decisões singulares, conforme Instrução normativa DREI nº 4 de 5 de dezembro de 2013. No entanto, caberá à **JUCEMG**, de acordo com sua conveniência e oportunidade, aceitar ou declinar a indicação. Os custos da aquisição do certificado digital para realização desta atribuição correrão por conta do **MUNICÍPIO**.
- 3.3.9- Divulgar e dar publicidade às ações desenvolvidas na Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.10- Articular e firmar parcerias locais para oferecer serviços, informações e capacitações através da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.11- Elaborar e disponibilizar à **JUCEMG** e ao **SEBRAE-MG** documentos e relatórios que comprovem a atuação da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.12- Executar a gestão operacional da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.13- Integrar-se à REDESIM, por meio do Serviço Minas Fácil Digital;
- 3.3.14- Verificar se a atividade econômica a ser desenvolvida pode ser realizada no endereço informado para a instalação da empresa, bem como a necessidade de obtenção de licenças e pareceres especiais do meio ambiente e vigilância sanitária do **MUNICÍPIO**, dentro dos prazos constantes na tabela do Anexo IV deste **ACORDO**, tudo de acordo com a legislação municipal;
- 3.3.15- Prestar os serviços de inscrição no seu respectivo cadastro fiscal;
- 3.3.16- Expedir ao usuário, a inscrição municipal, alvarás de funcionamento e de localização e, quando couber, as licenças de meio ambiente e vigilância sanitária;
- 3.3.17- Assegurar o cumprimento dos prazos de abertura de empresas estipulados pelo Serviço Minas Fácil Digital, conforme tabela constante do Anexo IV deste **ACORDO**;
- 3.3.18- Garantir o fiel cumprimento da Lei Complementar 123/2006 e Lei 11.598/2007, principalmente quanto à emissão de alvará sem a obrigatoriedade de vistorias prévias para as atividades de baixo risco;
- 3.3.19- Realizar o redesenho do processo de abertura, alteração e baixa, no âmbito do **MUNICÍPIO** para torná-lo mais eficiente e desburocratizado;
- 3.3.20- Prestar os serviços afetos às suas competências institucionais e executar, no que lhe couber, os procedimentos previstos no Manual Operacional do Serviço Minas Fácil Digital, parte integrante deste **ACORDO**, respeitando os prazos estabelecidos;
- 3.3.21- Capacitar o pessoal designado para atendimento no Serviço Minas Fácil Digital, bem como assegurar aos mesmos o acesso aos sistemas próprios para a execução dos serviços de sua competência;
- 3.3.22- Substituir, sempre que necessário, o pessoal disponibilizado para a operacionalização do Serviço Minas Fácil Digital, em decorrência de faltas, férias ou descumprimento das normas de Registro Mercantil, bem como, de procedimento ético e regulamentos, sejam eles emanados do **MUNICÍPIO** ou da **JUCEMG**;
- 3.3.23- Nomear o(s) Agente(s) de Desenvolvimento, conforme Art. 85-A da LC 123/2006, conforme previsto no Manual da Sala Mineira do Empreendedor;





- 3.3.24- Designar Secretário Municipal responsável pela agenda do desenvolvimento local, conforme previsto no Manual da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.25- Firmar o Termo de Responsabilidade do Usuário constante do -Formulário de permissão para acesso: SRM/VIABILIDADE/REDE-, nos termos do ANEXO III, deste **ACORDO**;
- 3.3.26- Firmar o Termo de Adesão do **ACORDO** celebrado em 07 de julho de 2011, entre a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, parte integrante deste **ACORDO**;
- 3.3.27- Responsabilizar-se pela aquisição e instalação das placas de identificação e de sinalização, conforme informações do manual de implementação da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.28- Manter e disponibilizar, quando solicitado pelo **SEBRAE-MG** e/ou **JUCEMG**, evidências da implantação da sala, conforme Manual de Implementação da Sala Mineira do Empreendedor;
- 3.3.29- Cumprir, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da assinatura do Termo de Adesão ao presente instrumento, as obrigações contidas nos subitens 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17 e 3.18, mediante apresentação do Plano de Trabalho contido no Manual de Implementação da Sala Mineira do Empreendedor, anexo II.
- 3.3.30- Comunicar, por escrito, aos partícipes quaisquer eventualidades que possam interferir, dificultar ou interromper a consecução do objeto deste **ACORDO**;

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1- Não haverá repasse de recursos entre as partes e entre os municípios aderentes na realização do objeto deste **ACORDO**, sendo que cada órgão arcará com as despesas de sua atuação.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 5.1 O presente instrumento vigorará pelo prazo 60 (sessenta) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, nas condições e prazos que vierem a ser acordados.
- 5.2 O disposto na cláusula 5.1 não impedirá o acompanhamento e fiscalização constante por parte dos convenientes das atividades exercidas na Sala Mineira do Empreendedor.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA REGULAMENTAÇÃO

- 6.1 O presente **ACORDO** é regido pela Lei nº 8.666/93 e, no que couber, pela Instrução Normativa **SEBRAE-MG** nº. IN/DIREX/001/2014-2, baixada pela Resolução nº RE/DSU/02/2016 de 05/07/2016, vigente a partir de 06/07/2016, cujo inteiro teor as partes declaram ter plena ciência, valendo a assinatura ao final lançada neste instrumento como recibo de entrega do referido normativo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO

- 7.1- Aos partícipes ficará assegurado o direito de acompanhar a realização das ações, objeto deste **ACORDO**, assim como questionar quaisquer eventualidades que interrompam ou dificultem a execução das mesmas.
- 7.2- O acompanhamento da execução deste **ACORDO**, pelo **SEBRAE-MG**, será realizado pelo funcionário Cássio Da Silva Duarte - CPF:733.011.756-00, ou, na falta deste, por quem o **SEBRAE-MG** indicar para cumprir esta função.
- 7.3- O acompanhamento da execução deste **ACORDO**, pelo **JUCEMG**, será realizado pelo Sr. Gabriel Medeiros Pires Tavares - MASP: 1293051-7 ou, na falta deste, por quem a **JUCEMG** indicar para cumprir esta função.
- 7.4 O acompanhamento, pelo **MUNICÍPIO**, será realizado pelo funcionário designado no respectivo Termo de Adesão.
- 7.5 O acompanhamento realizado por cada um dos partícipes não diminui nem substitui a responsabilidade dos outros convenientes, decorrente das obrigações assumidas neste **ACORDO**.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

- 8.1. Este **ACORDO** poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, pelas partes respeitada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da vigência da denúncia, ou mediante **ACORDO**, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigorado, resguardando sempre o interesse público.
- 8.1.1- No mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1 deste **ACORDO**, deverá o **MUNICÍPIO** aderente manifestar seu interesse em desligar-se do presente **ACORDO**.





- 8.2. O presente **ACORDO** poderá ser rescindido, a qualquer tempo, no que couber, na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93:
- a) por **ACORDO** entre as partes;
  - b) por qualquer das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para o encerramento da prestação de serviços, objeto deste **ACORDO**;
  - c) por ato unilateral, de efeito imediato, por descumprimento, de quaisquer cláusulas ou condições convencionadas neste instrumento, em especial, quando ocorrer o descumprimento das condições estabelecidas neste **ACORDO**.
- 8.3- Extinto o presente **ACORDO** por quaisquer dos motivos enumerados na presente cláusula, as partes deverão comunicar imediatamente aos aderentes e parceiros para as providências cabíveis.

#### CLÁUSULA NONA - DO PESSOAL, RESPONSABILIDADE E ÔNUS FISCAIS

- 9.1 O pessoal que a qualquer título for utilizado na execução deste **ACORDO** guardará a vinculação de origem, não implicando em relação jurídica de qualquer natureza, mormente trabalhista, para com outros partícipes.
- 9.2- As despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem do servidor cedido, sejam eles servidores municipais ou terceirizados, para capacitação e treinamento, em localidade diversa daquela em que prestam regularmente seus serviços, ficarão a cargo do **MUNICÍPIO** aderente.
- 9.3 O **MUNICÍPIO** será o único responsável pelos seus respectivos empregados/servidores, bem como por todas as exigências da legislação trabalhista, cível, tributária e previdenciária, não existindo entre seus empregados e o **SEBRAE-MG** e a **JUCEMG** nenhum vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza. A mesma disposição se aplica aos empregados do **SEBRAE-MG** e da **JUCEMG**.
- 9.4 O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á por todas as obrigações e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que dizem respeito aos profissionais que executarão as ações, objeto do presente **ACORDO**.
- 9.5 O **MUNICÍPIO** responsabiliza-se por todas as obrigações tributárias, incidências fiscais, previdenciárias e contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outros encargos em decorrência, direta ou indireta, deste **ACORDO** ou de sua execução, nos termos da legislação tributária.
- 9.6 O **MUNICÍPIO** responde perante o **SEBRAE-MG** e a **JUCEMG** por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência das ações previstas neste **ACORDO**, por atos dos seus profissionais, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao **SEBRAE-MG** e a **JUCEMG** o exercício do direito de regresso, eximindo o **SEBRAE-MG** e a **JUCEMG** de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA SEGURANÇA, DO SIGILO, DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

- 10.1- É de inteira responsabilidade do **MUNICÍPIO** aderente e do parceiro o uso das informações (dados cadastrais) de propriedade do **SEBRAE-MG** e da **JUCEMG**, que tenham sido por eles disponibilizados em razão deste **ACORDO**, devendo estes manter a confiabilidade na manipulação de dados cadastrais e o sigilo necessário, do mesmo modo que em outras informações e serviços prestados diretamente aos interessados.
- 10.1.1- A utilização de informações (dados cadastrais), diversa da finalidade e objetivo deste **ACORDO**, implicará na responsabilização civil e criminal do agente que a praticou, além de outras sanções legalmente cabíveis.
- 10.2- Quaisquer informações negociais, comerciais, financeiras e/ou técnicas, desde que não sejam públicas ou de conhecimento irrestrito, a que as partes, aderentes ou parceiros tiverem acesso, em decorrência da execução das atividades deste **ACORDO**, serão doravante denominadas, isoladas ou conjuntamente, **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, ainda que anteriores à data de assinatura deste instrumento, devendo os municípios aderentes e/ou parceiros dar-lhes o seguinte tratamento:
- 10.2.1- Não distribuí-las, revelá-las ou divulgá-las de modo algum para terceiros, exceto para seus próprios funcionários/empregados envolvidos na execução deste instrumento, desde que estejam obrigados ao presente compromisso de confidencialidade por força de seus cargos, contratos de emprego ou outros vínculos;
  - 10.2.2- Usá-las exclusivamente para as finalidades deste instrumento, ressalvada a possibilidade de os partícipes acordarem diversamente por escrito;
  - 10.2.3- Tratá-las com o mesmo cuidado adotado para as informações próprias de cada um dos partícipes, observando idênticos graus de importância;
  - 10.2.4- Mantê-las como propriedade da **JUCEMG**, em caso de rescisão;
  - 10.2.5- Observar todas as disposições pertinentes ao sigilo, inclusive bancário.



- 10.3- Aos partícipes ficará assegurado o direito de acompanhar toda a execução do objeto deste instrumento, assim como questionar quaisquer eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DIREITO PATRIMONIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 11.1 A **JUCEMG** cederá ao **MUNICÍPIO** aderente o uso do sistema SRM, de sua propriedade intelectual, referente aos serviços a serem realizados pelo **MUNICÍPIO**, em decorrência deste **ACORDO**, nos termos do artigo 111 da Lei nº. 8.666/1993, combinado com o artigo 4º da Lei nº. 9.609/1998.
- 11.2 O **MUNICÍPIO** aderente e seus servidores designados para operacionalização deste sistema, ficam proibidos de veicular e comercializar os dados e documentos que compõem este sistema, relativamente ao objeto deste **ACORDO**.
- 11.3 O **MUNICÍPIO** aderente e seus servidores deverão manter sigilo a respeito das informações e dos dados processados e de quaisquer outros assuntos ligados às atividades desenvolvidas na execução do objeto deste **ACORDO**, bem como, programas fonte, toda codificação efetuada e sua documentação técnica, de propriedade exclusiva da **JUCEMG**, sendo proibida sua cessão, locação ou venda a terceiros.
- 11.4 O **MUNICÍPIO** aderente e seus servidores designados para operacionalização deste sistema ficam proibidos de divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos serviços, objeto deste **ACORDO**, a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da **JUCEMG**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

- 12.1 A **JUCEMG** providenciará, às suas expensas, a publicação do extrato deste **ACORDO** e futuros aditivos nos seus órgãos de Imprensa Oficial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1- Considerando que não haverá repasse de qualquer valor entre as partes, não haverá indicação de rubricas orçamentárias para o presente **ACORDO**.
- 13.2- As eventuais despesas decorrentes do disposto na cláusula terceira deste **ACORDO**, deverão ocorrer por processo próprio e desvinculado deste **ACORDO**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TOLERÂNCIA QUANTO AS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1- Nenhuma omissão ou demora pelos partícipes em exercer qualquer direito estabelecido neste **ACORDO** ou previsto em Lei, deverá operar ou constituir renúncia a este.
- 14.2- Qualquer renúncia a direito ou a dispositivo previsto no presente **ACORDO** deverá ser feita formalmente por escrito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 15.1- Os partícipes se comprometem a atuar exclusivamente dentro do escopo da lei aplicável em vigor.
- 15.2- Os partícipes assumem que são expressamente contrárias às práticas de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, assim entendidos todos aqueles atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- 15.3- Para fins de cumprimento do disposto na presente cláusula, os partícipes declaram que:
- estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente **ACORDO**;
  - não foram condenadas pelas práticas previstas na Lei 12.846/2013;
  - seus sócios, diretores, administradores, empregados, assessores, prepostos e colaboradores não cometerão qualquer ato ilícito nem auxiliarão, incitarão ou instigarão terceiros a cometerem atos ilícitos, que incluem oferecer, conceder, requerer ou aceitar pagamentos, doações, compensação, benefícios ou quaisquer outras vantagens indevidas e/ou ilegais para si ou para terceiros, bem como o desvio de finalidade do presente **ACORDO**, ou atos lesivos expressamente previstos na Lei Federal nº 12.846/13, que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste **ACORDO**.
- 15.4- Os partícipes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste **ACORDO**.
- 15.5- Caso um dos partícipes viole essas regras, a outra parte poderá rescindir motivadamente o **ACORDO**.

6/7



- 15.6- Caso um dos partícipes viole essas regras, o mesmo se obriga a arcar com todos os prejuízos gerados a outra parte, relativos a todo e qualquer passivo, demandas, perdas e/ou danos, penalidades decorrentes de responsabilização administrativa e civil, na forma da Lei Federal nº 12.846/13, custas judiciais, honorários advocatícios e eventuais outras despesas que porventura venha ter, decorrentes da violação dessas regras, desde que fique absolutamente comprovada sua culpa e o nexo de causalidade entre o ato realizado e o dano causado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1- Casos omissos e modificações serão resolvidos entre os partícipes através de Termos Aditivos, que farão parte integrante deste **ACORDO**.
- 16.2- Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que será o competente para dirimir dúvidas decorrentes da execução deste **ACORDO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ANEXOS

- 17.1. Integram o presente **ACORDO**, para todos os efeitos, independentemente de sua transcrição e naquilo que couber, além dos anexos abaixo relacionados, o **ACORDO** celebrado em 07 de julho de 2011, entre a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seu anexo:

- a) ANEXO I- TERMO DE ADESÃO PARA MUNICÍPIOS;
- b) ANEXO II- PANO DE TRABALHO DOS MUNICÍPIOS ADERENTES;
- c) ANEXO III- TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACESSO AO FORMULÁRIO DE PERMISSÃO PARA ACESSO: SRM/VIABILIDADE/REDE;
- d) ANEXO IV- TABELA DE PRAZOS;
- e) ANEXO V- MANUAL DE ADESÃO AO SERVIÇO MINAS FÁCIL DIGITAL

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente **ACORDO**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2017.


  
AFONSO MARIA ROCHA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
SEBRAE-MG

  
ANDERSON COSTA CABIDO  
DIRETOR TÉCNICO  
SEBRAE-MG

  
JOSÉ DONALDO BITTENCOURT JÚNIOR  
PRESIDENTE  
CONTRATADA

NOME:   
CPF Nº: 063915401013  
TESTEMUNHA:

NOME:   
CPF Nº: 09844702605  
TESTEMUNHA:

  
CASSIO SILVA DUARTE  
ACOMPANHAMENTO  
SEBRAE-MG

  
Gabriel Medeiros Pires Tavares  
Técnico de Gestão Reg. Empresarial  
Masp. 1293051-7

